

ALINGUAGEM, A SUBJETIVIDADE E A INTERSUBJETIVIDADE

Alice Maria de Araújo FERREIRA*

“A linguagem - a fala - é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refugio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis do nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até os momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade.”

L. T. Hjemlev, *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*

* Doutora em Linguística pela USP e professora de linguística da UCG. As traduções das citações em francês foram feitas pela autora do artigo.

Introdução

Estas são as primeiras palavras do *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* de L.T. Hjelmslev. Toda tentativa de definição do que é linguagem se depara com a complexidade da questão. Desde as preocupações sobre sua relação com o real e o pensamento até as questões sobre sua relação com a sociedade e a cultura, as reflexões sobre a linguagem, e a lingüística em particular, nunca deixaram de revisitar seus campos e objetos. É pois a partir da compreensão do que é a linguagem que compreendemos melhor a construção da percepção e da significação do mundo.

Assim, a relevância das questões semânticas e pragmáticas no estudo da linguagem levaram as pesquisas, a partir da segunda metade do século XX, a transcender a estrutura e pensar a linguagem no âmbito da *enunciação*. Enunciação enquanto ato, ação, que nos instaura diante do outro e no mundo como sujeitos.

Mas a necessidade do outro na construção de um saber sobre o mundo nos leva a pensar a linguagem na sua *intersubjetividade*, quando nos instauramos como sujeito, instauramos outrem. Não enquanto enunciatário mas como participante da construção da significação do enunciado. Basta lembrar que o signo lingüístico é a união indissociável de um significante com um significado. Não podemos nos compreender se não associamos os mesmos significados aos mesmos significantes. Merleau-Ponty nos lembra que essa união se faz a dois.

É então pela e na intersubjetividade e em particular pelo *diálogo* que construímos um saber sobre o mundo. É a partir do confronto de dois pontos de vista que buscamos a compreensão da percepção e a significação do mundo. Veremos assim, a importância do diálogo no processo de ensino-aprendizado fazendo ressurgir as idéias de *questionamento* e *referência* para a formação, imprescindível nos dias de hoje, de um espírito crítico.

Questões acerca da linguagem

Como diz Umberto Eco, a história da civilização judaica cristã tem a vantagem de começar pelo início, e no início houve o verbo. O ato de criação se faz a partir de um ato de linguagem, pois, antes de mais nada, quem fala é Deus, que ao criar o céu e a terra, diz: “Faça-se a luz”. E logo a seguir desta palavra divina, “fez-se a luz” (Gênesis 1, 3-4). Diante da criação, nomeando as coisas que via Deus lhes confere um estatuto ontológico: “E Deus chamou a luz ‘dia’ e as trevas ‘noite’ [...] (e) declarou o firmamento ‘céu’”. (Eco, 2001, 25). Notamos desde o início os verbos: diz; chama; declarou como primeira ação (divina), o que nos leva a pensar que um objeto concebido/nomeado é um objeto percebido/criado. Um pouco depois, no Gênesis, se diz que Deus “formou da terra toda espécie de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo animal vivo, qual o homem o chamasse”. (Gênesis, 2, 19s). Esta questão é muito delicada. Pois, está em jogo um tema “comum a outras religiões e mitologias, isto é o do primeiro criador da linguagem.” (Eco, 2001, 26), é também, e sobretudo, a da questão da relação dos nomes e das coisas, ou do tipo de correspondência entre linguagem e realidade, na elaboração de uma teoria do conhecimento. Adão atribui nomes aos animais que lhes cabiam por algum direito extra-lingüístico, ou deu nomes arbitrariamente, instaurando uma convenção.

Esta questão perpassa toda a história do pensamento sobre a linguagem e em particular da teoria do signo, que hoje parece ter desaparecido. Alguns falam da morte do signo. Eco fala da crise do signo. Na Grécia, o problema essencial que se colocava para os filósofos preocupados com a elaboração de uma teoria do conhecimento, consistia em definir os tipos de relações que existem entre a noção e a palavra que a designa; a grande questão é de saber se a linguagem fora criada pela natureza ou por via de uma convenção,

se existe uma relação de correspondência entre ela e a natureza e assim a possibilidade de um discurso verdadeiro sobre as coisas. Platão, que acreditava na exatidão natural das palavras retoma essa questão no diálogo do *Crátilo* (Platão, 1950, 688.). Sócrates instaura um diálogo e debate o tema da justeza dos nomes. Ele vai ‘tour-à-tour’ defender as duas teses: com Hermógenes de que os nomes são dados às coisas por natureza e argumenta com etimologias motivadas e depois com Crátilo que os nomes são dados por convenção. Hermógenes lembra que não é filho de Hermes. Nesses diálogos aparecem questões como a relação significado/significante; arbitrariedade do signo; valor social da linguagem, que são fundamentais para a lingüística contemporânea. Aristóteles vai defender que o signo é um símbolo, filiando-se assim à tese da convenção. Ele se preocupa muito mais com as questões de gramática, busca uma correspondência não com o signo mas com o discurso. Estabelece partes do discurso, categorias gramaticais, classes de palavras, uma gramática do grego que vai servir de modelo para o latim e para as línguas ditas modernas no renascimento.

Ferdinand de Saussure, séculos mais tarde, vai operar uma ruptura nos estudos lingüísticos definindo a linguagem como um sistema de signos. Retoma a discussão sobre a teoria do signo e diz que eles não têm relação material com o que significam. Um signo é uma entidade suscetível de representar uma outra. Por que, então, a ausência de relação material entre a linguagem e o real? O signo lingüístico “resultante da associação de um significante [elemento sensível do signo; imagem acústica; marca psíquica] e de um significado [o sentido, a idéia], é arbitrário”, nos diz Saussure : “não há nenhuma ligação natural na realidade” (Saussure, 1985, 81). A noção de arbitrariedade deve ser aqui questionada. O raciocínio saussuriano parece ter admitido um erro: embora afirma que o referente não faz parte do sistema da língua, Saussure pensa justamente no referente real quando afirma que [bōf], [oks] e [boj] são diferentes pelos significantes, se referem a

uma mesma idéia (a um mesmo significado), e que por conseguinte a relação significante/significado é arbitrária (*Id.*, 1985, 82). No fundo como observa Kristeva, não é a relação entre significante [boj] e o significado “boi” que é arbitrária. A ligação [boj] / “boi” é necessária, o conceito e a imagem acústica são inseparáveis e convencionais. O que é arbitrário é a relação desse signo com a realidade que nomeia (Kristeva, 1969, 29).

A linguagem instaura, então, um universo simbólico, lingüística e semioticamente construído, distinto, que evoca o mundo, mas que não parece com ele (as palavras não são as coisas; a palavra cachorro não morde.). Esta diferença com o real permite a linguagem uma certa independência e tem ainda a capacidade de se desenvolver de maneira autônoma. Permite questionar a verdade (adequação da linguagem ao real), a mentira (inadequação intencional). Permite nomear o que não pode ser figurado como as idéias gerais (o vegetal, o animal...) e as abstrações (o mundo, as geometrias, ...). Enfim, permite à linguagem de desenvolver significações independentes da realidade, ou seja falar sobre coisas que ainda não existem (o futuro), que não existem mais (o passado), mais ainda de coisas que não existem (um unicórnio; um rio de lágrimas; uma montanha de ouro), e como diz Mallarmé de fazer existir o que nomeia pelo fato de nomeá-lo. A linguagem, se é o que nos liga ao mundo, é também o que nos distancia dele, criando relações estreitas com a imaginação.

No sentido amplo, a linguagem designa todo sistema de signos permitindo a comunicação. No sentido estreito, é a faculdade humana de constituir e de utilizar uma língua, ou seja comunicar seu pensamento. A língua é o instrumento de comunicação própria a uma comunidade humana. Esse sistema particular de signos e de regras é um fato social superior e exterior aos indivíduos que a falam: “a língua é a linguagem menos a fala.” (Saussure, 1985, 22). A fala designa o uso que um sujeito, dotado da faculdade de linguagem faz da língua. É uma performance individual enquanto que a língua é uma instituição.

A autonomia da linguagem em relação ao real ou à natureza permite concebê-la com Claude Lévi-Strauss, como um fato cultural por excelência; a linguagem é o instrumento essencial pelo qual assimilamos a cultura de nosso grupo. Mais, é o sistema cultural que nos permite apreender todos os outros.

A linguagem humana tem então uma história. Só existe concretamente na diversidade das línguas e das falas, nas quais não pára de inventar significações novas. Já que cada língua e cada cultura desenvolvem significações próprias, podemos considerar com Nietzsche (1995, 43), que a linguagem carrega com ela os valores de uma civilização, seus julgamentos e seus preconceitos. Para Benveniste: “pensamos um universo que nossa língua já modelou” (Benveniste, 1991, 285). Na questão da relação da linguagem com a cultura, duas teses aparecem. Uma que a língua é o reflexo da cultura e outra em que o fato lingüístico organiza nossa visão e percepção do mundo. Uma prefere destacar a organização sócio-cultural atribuindo-lhe a gênese de outros códigos e dos fatos lingüísticos; a outra privilegia o código lingüístico de uma sociedade como sistema gerador de uma realidade. Ora, codificação de fatos e organização social são intrínsecos, portanto ambos sofrerão mudanças caso um ou outro seja alterado. Quando surge uma língua, surge simultaneamente a cultura de um povo. O homem quando precisa nomear um invento, uma determinada descoberta, faz isso consoante as estruturas formais dos códigos de seu grupo (Barbosa, 1996, 124). Isso faz com que o indivíduo seja guiado pela codificação já existente, obedecendo a um paradigma.

Outra questão que interessa os estudiosos sobre a linguagem, de Aristóteles a Chomsky, passando por Descartes, diz respeito a sua relação com o pensamento. Esta questão revela vários problemas. Definir a linguagem como meio de comunicação ou de expressão supõe a pré-existência do pensamento. A linguagem só serviria para expressar ou comunicar o que pensamos. Dois problemas aparecem: de um lado, a linguagem consegue mesmo cumprir esse papel? A

linguagem é para o pensamento um intermediário transparente e fiel ou um obstáculo e um travestir? Por outro lado, a linguagem apenas é um instrumento de exteriorização da interioridade? Ou intervem na própria constituição de esta interioridade, ou seja do pensamento?

Todo o mundo já viveu a experiência de procurar suas palavras, e também já chegou a conclusão que não achamos palavras para dizer o que sentimos. Isso para Bergson (1983, 98-99) mostra que o pensamento é bem maior que a linguagem. Mas será que devemos nos contentar desse fracasso? Podemos constatá-lo denunciando um pensamento não discursivo. Platão define o pensamento como “um discurso que a alma tem com ela-mesma” (1967, 457c-458c). Nesse sentido, como diz Hegel, é através das palavras que pensamos. O pensamento verdadeiro não existe fora da linguagem que lhe é consubstanciada. É graças à forma objetiva que lhe dão as palavras, que o pensamento pode ser apresentado à consciência do sujeito. Pois procurar as palavras, é procurar o pensamento. Para saber algo que sentimos, que vivemos, para conseguir pensá-lo, temos que conseguir formulá-lo. Por isso Hegel busca desmistificar o indizível no qual vê “o pensamento obscuro, o pensamento em estado de fermentação e que só se torna claro quando encontra a palavra.” (Hegel, 1998, 560-561).

Na primeira metade do século XX, a lingüística se fortaleceu como ciência graça ao estruturalismo, muito criticado hoje mas que teve um papel importante. No entanto, na busca do entendimento do funcionamento da língua a partir da descrição de sua estrutura, os estruturalistas deixaram de lado a parte mais delicada ligada à semântica. Martinet, em *Elementos de lingüística geral*, diz que a lingüística não deve se preocupar com a dinâmica da enunciação quando afirma: “Não cabe ao lingüista como tal de precisar onde, no locutor, se encontram disponíveis esses fatos lingüísticos, nem por qual processo, este locutor é levado a fazer uma escolha conforme suas necessidades comunicativas.” (Martinet, 1963, 38/39). Na

mesma época, outro lingüista importante vai ter uma posição contrária. Benveniste aceitava as considerações estruturalistas sobre a diacronia tradicional mas recusava o sincronismo rígido e estático. Assim quando Martinet achava não-pertinente o estudo da enunciação e sim do enunciado, Benveniste defendia a necessidade de se estudar a enunciação através das marcas deixadas no enunciado. Segundo ele, a lingüística devia tratar dos textos e dos discursos. Ele, até chegou a distinguir textos do tipo discursos (onde aparecem marcas da enunciação) e textos do tipo história (onde as marcas já não existem, já que se referem à situação do enunciado e não da enunciação). Muitos lingüistas concordaram com Benveniste e passaram a ultrapassar os limites da frase para o estudo do texto. Foi ele então que vai iniciar uma teoria da enunciação.

A enunciação e a subjetividade

A enunciação é definida como o ato de produção de um enunciado por um locutor numa situação comunicativa; um ato individual de criação pelo qual o locutor põe a língua em funcionamento. Quando examinamos um enunciado qualquer, uma frase extraída de um diálogo ou de um texto, reconhecemos elementos que transbordam do enunciado, que ultrapassam a mensagem em si para torná-la um ato de comunicação. Distinguiremos então de um lado o enunciado e de outro a presença daquele que manda a mensagem, a enunciação. Distinguímos enunciação de enunciado como distinguímos o ato do resultado. Assim, a Teoria da Enunciação, ao conceber os estudos sobre a subjetividade na linguagem, chama a atenção para os procedimentos lingüísticos por meio dos quais aquele que diz imprime sua marca no que é dito, inscrevendo-se nesse dizer, explícita ou implicitamente, e, assim, situando-se frente a ele. Ou seja, a Teoria da Enunciação busca identificar a intenção determinante das escolhas daquele que diz na construção do seu dizer. Para

Benveniste, a enunciação é o processo pelo qual o indivíduo põe em uso o sistema lingüístico. Em outras palavras, para esse autor, a subjetividade é um ato individual de apropriação da língua, a partir do qual a língua se transforma em discurso. A transformação da língua em discurso se dá quando há apropriação de uma certa língua por um indivíduo que, ao se designar como “Eu”, designa o outro como “Tu”, sendo garantida, contudo, a reversibilidade desses papéis. Assim para Benveniste o homem se constitui como sujeito na linguagem e pela linguagem a partir da apropriação que ele faz da língua. Portanto, a subjetividade não é a expressão dos sentimentos experimentados por um indivíduo, mas a capacidade do enunciador se instaurar como sujeito do enunciado. Daí, a importância dada por Benveniste ao EU, sujeito do discurso, que se constitui no e pelo discurso. Com tal concepção de enunciação Benveniste levanta, como nos diz Brandão dois aspectos: primeiro, pressupõe uma concepção de língua como um sistema pronto, acabado e definitivo, “uma possibilidade que ganha concretude somente no ato de enunciação” (Brandão, 1991, 47), enquanto uso e expressão de uma certa percepção do mundo. O problema da referência é assim parte integrante da enunciação. Basta ao locutor fazer uso de recursos disponíveis na língua para dizer o que tem a dizer. Segundo ele, a escolha desses recursos, revela o maior ou menor grau de subjetividade ou, até mesmo, a ausência de subjetividade, fato esse presente na dualidade por ele proposta entre discurso/história, subjetividade/objetividade. Por outro lado, coloca a noção de significação na instância discursiva, passando necessariamente pela noção de sujeito “é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito” (Benveniste, 1991, 288); uma concepção de sujeito egocêntrico, onipotente, uno, homogêneo, caracterizando-se por sua relevância em relação ao “TU”. No ato de enunciação, ao instituir-se um eu, institui-se um tu. Eu e Tu são as pessoas da enunciação. No entanto para Benveniste o eu é pessoa subjetiva e tu, não subjetiva, ele propõe

uma transcendência do eu sobre o tu: “...ego tem sempre uma posição de transcendência em relação ao tu, apesar disso nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares e reversíveis” (*id.*, 1991, 286). Ao opor objetivo/subjetivo, discurso/história, Benveniste esquece que o sujeito é marcado espacial e temporalmente, ele é antes de tudo um sujeito histórico. Os termos objetivo e subjetivo não podem ser vistos numa perspectiva dicotômica. Eles são usados para caracterizar o processo de (des)velamento de sujeito da enunciação, uma vez que a subjetividade é inerente à linguagem, havendo apenas uma diferença gradual quanto à sua manifestação no enunciado. Tal consideração, contudo faz-nos ressaltar que o ato de dizer nem sempre é controlado pelo sujeito. Assumimos, assim, com Ducrot que, da mesma forma que algo pode ser introduzido no discurso pelo locutor, sabiamente, constituindo o seu querer dizer, algo também pode ser introduzido no discurso sem um querer, ou mesmo um saber do locutor. Entretanto, de uma forma ou de outra, a subjetividade é inerente a qualquer dizer, pelo fato mesmo de um dizer ser constituído por alguém em um tempo e lugar determinados, visando a determinado fim, já que ninguém diz nada sem intenção e, se assim parecer, desse próprio fato decorrerá o sentido do dizer. Nesse sentido, Kerbrat-Orecchioni fala de subjetividade explícita e implícita. A subjetividade explícita é aquela em que o sujeito da enunciação se mostra de forma declarada no enunciado, assumindo, por isso mesmo, a responsabilidade pelo dito. Por sua vez, a subjetividade implícita é aquela em que o sujeito enunciator não se evidencia no enunciado, podendo, por isso, eximir-se da responsabilidade do que diz e, conseqüentemente, dos efeitos de sentido que possa provocar. Mediante tais colocações, podemos dizer que, em se tratando de subjetividade, necessário se faz atentar não só para as vezes em que sua constituição se dá de forma explícita, como também para as vezes em que sua constituição se dá de forma implícita, permitindo, assim, ao sujeito enunciator, não assumir a

responsabilidade pelo seu dito. Assim, explícita ou implicitamente, a subjetividade é uma característica inerente à linguagem.

Por outro lado, o reconhecimento que o sujeito é marcado espacial e temporalmente, nos leva a conjugar as noções de sujeito histórico e sujeito ideológico. Pois, o dizer é produzido num determinado lugar e num determinado tempo, sua fala é um recorte das percepções e representações de um tempo histórico e de um espaço social. Seu discurso se situa em relação aos discursos do outro. Bakhtin nos lembra que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal. Para ele o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro: “não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. (...) Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro.” (Bakhtin, 1977, 163).

A importância do outro para a instauração do sujeito na e pela linguagem, começa a despertar interesse em vários lingüistas, questionando a concepção de sujeito egocêntrico, único, central e sobretudo fonte do sentido na construção da significação. O problema do diálogo começa a chamar cada vez mais a atenção dos lingüistas, e por vezes, se encontra no centro das preocupações lingüísticas. Já que a unidade fundamental concreta da fala, não é a enunciação monológica única e isolada, mas a interação de pelo menos duas enunciações, ou seja o diálogo.

O diálogo e a intersubjetividade

Estabelecer uma descrição adequada da linguagem enquanto práxis intersubjetiva só é possível, como o tinha pressentido Bakhtin, para levar em consideração a dimensão pragmática, de uma verdadeira transformação da teoria da linguagem.

Se a enunciação para Benveniste dava grande importância ao sujeito enunciador, F. Jacques na sua teoria sobre o diálogo, o dialogismo, chama a atenção dos estudiosos para a elaboração de uma teoria analítica da comunicação pragmática e transcendental: “Uma pragmática é fundadora no que diz respeito às relações que mantêm empiricamente o discurso com as situações concretas de enunciação. Um ponto de vista transcendental comanda aqui a análise do discurso.” (Jacques, *apud* Armengaud, 1985, 113). Ele se junta às idéias de Hannah Arendt quanto: a importância do consenso, o ideal da comunicação sem constrangimento e o conceito de situação canônica da linguagem. Pois, “Se só existe fala dirigida (...), nosso acesso ao real está condicionado pelo processo de comunicação no espaço transcendental da interlocução.” (Jacques, 1982, 333). A construção da significação se descentraliza do enunciador e instaura os dois sujeitos “Uma enunciação é significativa se for posta em comunidade entre enunciadores que estão em relação interlocutiva atual”. (Jacques, *apud* Armengaud, 1985, 114). Pôr no centro das discussões sobre a significação, não mais o texto, ou o sujeito mas a relação interlocutiva. O problema da relação está presente tanto nas discussões sobre a significação quanto nas discussões sobre o sujeito construído a partir dela. Para isso, precisamos questionar as concepções egológicas (centradas no sujeito enunciador) da teoria da enunciação, da significação e da subjetividade.

As teorias do diálogo recusam uma concepção do discurso em que as frases seriam consideradas resultados da atividade simbólica de um locutor individual, em que o ego seria a fonte e a origem do seu dizer e do sentido do seu dizer. Devemos levar em conta que se o locutor se coloca no centro das coordenadas enunciativas, o alocutor em diferentes graus participa com o locutor à iniciativa do sentido. Com efeito, para sair do monologismo, não basta fazer intervir o par auditor, não basta falar com ele, ou ouvi-lo, o alocutor deve ser co-enunciatário, enquanto co-responsável do semantismo das mensagens

trocadas. É o que o dialogismo de Francis Jacques buscou contemplar. O dialogismo, para ele, é a repartição de qualquer mensagem em duas instâncias enunciativas que estão em relação atual. “Uma enunciação, diz ele, é posta em comunidade de sentido, é produzida bilateralmente (...) entre os enunciadores que se exercem à bivocalidade e ao duplo entender.” (Jacques, 1982, 334). O dialogismo designa uma estrutura interna de um discurso funcionando de maneira transitiva entre duas instâncias enunciativas em relação interlocutiva, em referência a um mundo para dizer. A produção do sentido se opera em princípio pela conjunção das instâncias e para a díade das pessoas geradas pela relação.

Não podemos dizer, no entanto, que a fala dialogada tem dois mestres, pois o único regente da fala dialogada é a relação interlocutiva. Essa concepção vê na enunciação uma natureza interacional e relacional, na medida em que as instâncias a serem estudadas estão ligadas às atividades do querer-dizer e do compreender. É o dialogismo que rege o semantismo do enunciado tanto no mecanismo referencial quanto no conteúdo proposicional e a força ilocutória da frase em situação interlocutiva. Assim a análise transcendental das condições de possibilidade de sentido manda não para a subjetividade mas para a intersubjetividade, ou seja na própria relação interlocutiva.

Com essas considerações sobre o dialogismo, quizemos mostrar que era necessário ultrapassar os limites da subjetividade e que toda enunciação no quadro interlocutivo é, ao mesmo tempo, uma resposta a uma pergunta virtual do interlocutor a uma questão tácita que lhe foi feita. É necessário superar o limite da subjetividade para a intersubjetividade. E, enfim, mostrar que a referência ao mundo e a referência aos sujeitos estão ligadas. A partir daí esboça-se uma filosofia da pessoa, que não reduz o sujeito a uma estrutura do ego, nem um ego sem sujeito, mas um *ego communicans* (Jacques, 1982, 245). A pessoa é vista como uma unidade estrutural de uma enorme

complexidade lógica. Ela tem uma capacidade transinstancial de identificação às três posições no ato da comunicação: eu/tu/ele. Assim, a experiência do eu como pessoa é antes discursiva que existencial : “tanto o fato da subjetividade quanto o estatuto de pessoa são derivados do *factum* comunicacional.” (Jacques, 1979, 244). A pessoa é então uma noção ao mesmo tempo intersubjetiva, comunicacional e histórica.

Na sociedade atual, a onipresença e a influência crescente das tecnologias e das mídias torna cada vez mais necessária a educação a uma percepção crítica. A importância do fato comunicacional cresce cada vez mais, com um efeito pouco percebido e discutido, que o sentido se constrói cada vez mais em exterioridade em relação ao sujeito, que antes era construtor do sentido. A quantidade de informações que recebemos e não ‘digerimos’, nos torna muitas vezes repetidores de informações. O enunciador é sujeito na medida em que fala, consiste, para ele, identificar-se durante e pelas comunicações nas quais participa. Um dos efeitos perverso do diálogo, combatido por Sócrates, é a influência, ou a sedução, que leva o espírito à confusão. O diálogo é um pensamento em movimento, com outrem, que se baseia no respeito ao outro, a amizade. No diálogo, dois tipos de relações articulam-se: do homem com as coisas em qualidade de referência e do homem com o homem como parceiro no processo do questionamento científico. O diálogo se apresenta então como um processo de co-referência e de questionamento em que as respostas de um completam os conhecimentos do outro. O diálogo é caracterizado pelo encontro de dois seres, que apresentam dois pensamentos. Dialogar, é comunicar de maneira argumentada. A confrontação de argumentos estruturados deve permitir ao pensamento se libertar.

Todo o professor gostaria de ensinar aos alunos a avaliar a qualidade de uma produção mediática e dar-lhes os instrumentos de análise. Acreditamos que é pelo ensino e sobretudo pelo diálogo que podemos formar um espírito crítico. O conceito de dialogismo proposto

por Francis Jacques permite pensar uma educação para as mídias a partir do conceito de referência essencial à análise da informação e da idéia dinâmica de interrogação, noção necessária à qualquer aprendizado, como em qualquer pesquisa. Pensar a educação de uma pessoa envolve necessariamente sua ligação com o questionamento e o diálogo. Educar, de verdade não é se limitar a transmitir conteúdos, mas deve formar o espírito, ou seja ensinar/aprender à interrogar.

Se o debate ou a simples conversa são práticas conhecidas e experimentadas pela maior parte dos alunos, não é o caso do dialogo no seu sentido pleno. Muitas vezes confundido com uma simples troca de pontos de vistas ou de opiniões. É pelo intermediário de questões e respostas que os interlocutores procuram juntos, questionam, constroem hipóteses, formulam interrogações e caminham assim em direção a um novo saber. A educação não pode se satisfazer de uma direção unilateral, em que só o professor está habilitado a interrogar. O diálogo supõe a aceitação de uma igualdade nas trocas (ninguém deve ser autoridade). Há uma certa ética da comunicação: o diálogo não admite exclusão. Preparar o espírito crítico, pelo questionamento e o dialogo, necessita uma ação profunda, além do simples nível dos conhecimentos, deve transformar as aptidões relacionais e comunicacionais dos alunos. E para que estas sejam interlocutivas de fato, os alunos deverão sair de um modelo apenas reativo, mas participar como sujeitos do diálogo, pela interrogação. Por isso a importância do exercício do diálogo para o estabelecimento de uma relação de comunicação efetiva e bilateral. O diálogo é uma forma de pensamento vivo, e seu exercício se torna hoje urgente no mundo contemporâneo em que a comunicação é onipresente sem que o diálogo apareça como possível.

Considerações finais

A linguagem desde sempre sucitou questionamentos. É por ela e na instância da enunciação que nos instauramos como sujeito

no mundo. Mas para entender e compreender o mundo, precisamos do outro. Eu e o outro são os dois pólos da subjetividade. No diálogo os interlocutores tomam cada um na sua vez a palavra. Os papéis de emissor e receptor são reversíveis. A troca supõe uma partilha de idéias e não a pura afirmação dogmática de uma opinião. No intercâmbio, estamos dispostos eventualmente a mudar nosso ponto de vista. A linguagem e mais particularmente o exercício do diálogo, é uma condição para a percepção do mundo e para a possibilidade de sua objetividade. Meu mundo, mas também o vosso. Isso não quer dizer que pensamos o mundo da mesma maneira, mas que pensamos juntos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. *Vies politiques* (1974), trad. B. Cassin et P. Levy, Gallimard, Paris, 1986. (pp. 34-35.).

ARMENGAUD, F. *La Pragmatique*. PUF, Paris, 1985, p114.

BAKHTIN, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*, Trad. Marina Yaguello, Editions de Minuit, Paris, 1977.

BARBOSA, M.A., *Léxico, produção e criatividade. Processo do neologismo*. São Paulo: Global, 1996.